

**MARINHA DO BRASIL**

**CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM NATAL**

**ESTUDOS PRELIMINARES**

**NUP: 63397.000416/2025-06**

**CHAMADA PÚBLICA: 01/2025**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de alimentos de agricultores familiares, suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei 11.326/2006 e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, por meio de Chamada Pública na modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, em atendimento às necessidades das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN) sediadas em Natal e região metropolitana.

**2. SUPORTE LEGAL**

2.1. Chamada Pública nº 01/2025 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional, referente ao Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentado pelo Art. 4º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, através de dispensa de licitação, acordo com o Art. 4º, da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Trata-se de modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos:

**Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023:**

*“Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares enquadrados no disposto na Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006, e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023.” grifo nosso.*

**Decreto nº 14.628, de 20 de julho de 2023:**

*“Art. 4º O Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal poderá adquirir, dispensada a licitação, os alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores de que trata o art. 5º desta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes exigências: (...)” grifo nosso.*

Assim, a Chamada Pública que se pretende operacionalizar atende aos requisitos legais exigidos, dando pleno alcance às determinações advindas dos Poderes Executivo e Legislativo.

**3. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR**

3.1. A contratação anterior executada por meio de Chamada Pública nº 01/2023, do Centro de Intendência da Marinha em Natal, atendeu plenamente as necessidades da Administração, para cumprir o Art. 4º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, pelo menos 30% do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, no exercício financeiro, deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326/2006;

#### **4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa), na condição de Organização Militar centralizadora na área de jurisdição do Comando do 3º Distrito Naval, possui, dentre suas atribuições institucionais, o dever de disponibilizar às Organizações Castrenses apoiadas lista de empresas contratadas aptas a garantir o fornecimento de gêneros alimentícios em caso de impossibilidade ou restrições de utilização do Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM).

Nesse sentido é que, em última instância, incumbe a este órgão realizar as contratações que possibilitem às diversas Organizações Militares Apoiadas a confecção de ao menos três refeições diárias para uma força de trabalho que engloba aproximadamente três mil pessoas, entre militares e servidores civis que exercem suas atividades na área geográfica apontada.

Aliado a isso, Art. 4º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, estabeleceu que a Administração Pública Federal, no tocante à aquisição de gêneros alimentícios, deverá utilizar o percentual mínimo de 30% do total dos recursos destinados no exercício financeiro na aquisição de produtos oriundos de agricultores familiares e equiparados.

Ademais, em razão de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o Ministério da Defesa referente a Compras de Alimentos da Agricultura Familiar - Agenda 2017, os alimentos a serem disponibilizados a crianças e adolescentes no Programa Força no Esporte (PROFESP) deverão ser adquiridos exclusivamente de fornecedores da agricultura familiar, de acordo com a orientação contida no Ofício nº 265/2017/MDSA/SE/CGAA, de 13 de abril de 2017, do MDSA, encaminhado à Secretaria-Geral da Marinha.

O Ministério da Defesa, por intermédio do Ofício Circular nº 62/SEORI/SG-MD, de 15 de fevereiro de 2017, por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, também determinou aos Comandos Militares que prestassem apoio na divulgação das aquisições de alimentos da agricultura familiar, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nesse contexto, faz-se imprescindível a aquisição de tais itens tendo em vista atenderem às necessidades das Organizações Militares localizadas em Natal e região metropolitana.

#### **5. PLANEJAMENTO**

5.1. Recursos provenientes do Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 175497, Ação Orçamentária (AO): 212B, Plano Orçamentário (PO): 0006, Fonte de Recurso (FR): 100000000 e Natureza da Despesa (ND): 339030.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A Chamada Pública que se pretende operacionalizar atende aos requisitos legais exigidos, dando pleno alcance às determinações advindas dos Poderes Executivo e Legislativo.

#### **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

7.1. As quantidades foram estimadas pela Seção de Obtenção desta Organização Militar e basearam-se nos planejamentos das demandas encaminhadas pelas Organizações Militares Apoiadas (OMAp), subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval, além de levar em consideração o histórico de aquisições anteriores, a fim de propiciar uma programação segura da possível aplicação de recursos vindoura.

#### **8. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

8.1. A Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, ao instituir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), define que: Fica o Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários de que trata o Art. 4º, desta Lei, com dispensa de licitação, observadas, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA;

II - o valor máximo anual para aquisições de alimentos, por unidade familiar, por cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar seja respeitado, nos termos do regulamento;

III - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários e cumpram os requisitos de controle de qualidade previstos na legislação; e

IV - as demais normas estabelecidas para compra específica de cada modalidade sejam observadas, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor no PAA.

§ 1º Na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

§ 2º São considerados produção própria os seguintes produtos resultantes das atividades dos beneficiários que trata o art. 5º desta Lei, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA:

I - in natura;

II - processados;

III - beneficiados; ou

IV - industrializados.

## **9. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

9.1. A definição dos preços, conforme a Lei nº 14.628/2023, foi obtida depois de realizadas 7 (sete) pesquisas devidamente documentadas no mercado local (CEASA-RN, UNICAFES/RN, CEASA, Supermercados Nordestão, Supermercados Carrefour, Banco de Preços do Comprasnet e INTERNET).

## **10. DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO**

10.1. A aquisição de produtos de origem da agricultura familiar para as Organizações Militares (OM) subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval, estarão estabelecidas em Termo de Referência, anexo da Chamada Pública nº 1/2025, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos apoiados.

## **11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

11.1. Conforme disposto no inciso V, alínea a e § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, sendo assim, após as devidas análises, verificou-se que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala ao se parcelar o objeto, e que este propiciará a ampla participação de empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei 11.326/2006 e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. Contribuir para o cumprimento da missão institucional deste Centro de Intendência da Marinha, cujo trecho cumpre transcrever:

Executar as atividades gerenciais do abastecimento e exercer a centralização da obtenção, da execução financeira e do pagamento das OM apoiadas (OMAp), a fim de contribuir para a prontidão dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sediados ou em trânsito na área de jurisdição do Com3ºDN, bem como dos estabelecimentos de terra por ele apoiados.

## **13. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

13.1. Não se aplica.

**14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Em conformidade com as informações supramencionadas, conclui-se que a referida contratação é viável e imprescindível para a condução das atividades das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval, bem como, cumprir ao previsto no Art. 4º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, pelo menos 30% do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, no exercício financeiro, deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326/2006.

**15. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. Será responsável pela Fiscalização do Contrato ou instrumento equivalente o 1ºTen (RM2-T) 18.1030.14 STEFANE MARQUES DE OLIVEIRA BELO.

Natal, RN, na data da assinatura.

Equipe de Planejamento:

---

Capitão de Corveta (IM) RONALD ALEIXO RIBEIRO NASCIMENTO

---

SO (RM1-ES) VIRGILIO DA SILVA MARQUES